

## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS-MA



# Diário Oficial

## PODER EXECUTIVO



DECRETO Nº 36/2021, São José dos Basílios/MA, 22 de setembro de 2021.

Dispõe sobre a aplicação dos recursos destinados ao Município de São José dos Basílios, Estado do Maranhão, por força da Lei Federal nº 14.017/2020, e Lei Federal nº 14.150/2021, para o implemento de ações emergenciais destinadas ao setor cultural, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Federal nº 6, de 20 de março de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS/MA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais e estadual, que declara Situação de Emergência e versa sobre as medidas temporárias e emergenciais em relação ao COVID-19 em 2020 e 2021;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.017/2020 e 14.150/2021, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, denominada “Lei Aldir Blanc”, prevê a destinação aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal de recursos, a serem aplicados em várias frentes de ação, desde a fixação de uma renda emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da Cultura até o financiamento de ações e atividades culturais em todo o país;

CONSIDERANDO que a Lei Aldir Blanc foi regulamentada pelo Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, o qual detalhou procedimentos para a transferência dos valores a serem cumpridos pelos entes federativos, a partir da gestão descentralizada desses

incentivos;

CONSIDERANDO o que determina no § 4º, Artigo 2º, do Decreto nº 10.464, de 2020, quanto à edição de regulamento, no âmbito do Município, com os procedimentos necessários à aplicação dos recursos recebidos, observando o disposto na Lei Federal nº 14.017, de 2020;

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta no âmbito do Município de São José dos Basílios, a Lei nº 14.017/2020 e 14.150/2021, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Federal nº 6, de 20 de março de 2020.

Parágrafo único. Este regulamento objetiva definir as competências dos órgãos municipais sobre a utilização dos recursos financeiros, os beneficiários, as condições e as respectivas atribuições das autoridades envolvidas na sua implementação.

Art. 2º - O Município São José dos Basílios/MA recebeu do Governo Federal, através do Ministério do Turismo /Secretaria de Cultura, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 64.891,81 (sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e um e oitenta e um centavos) depositado na conta específica, destinados para as ações emergenciais de apoio ao setor cultural, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, que executará diretamente os recursos de que trata este artigo.

Parágrafo único. O valor de que trata o caput, destinado ao

Município, está previsto no Anexo III a que se refere o § 1º, artigo 10, do Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, calculado a partir dos critérios de rateio do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e a estimativa da população municipal considerada pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

#### CAPÍTULO I - DA COMPETÊNCIA

Art. 3º - Fica atribuída à Secretaria Municipal de Cultura, com o apoio da Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc, elaborar, publicar e coordenar ações, chamadas públicas e a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso III do artigo 2º da Lei nº 14.017, de 2020.

§ 1º. Ao Grupo de Trabalho da Comissão de Gestão Municipal de Cultura, fica atribuída a coordenação das providências administrativas, financeiras e operacionais para viabilizar o recebimento da transferência do valor destinado ao Município;

§ 2º. As ações emergenciais de fomento previstas na Lei deverão ser realizadas de forma articulada com a Secretaria Estadual de Cultura a fim de se evitar a sobreposição de ações.

#### CAPÍTULO II - DOS EDITAIS DE CHAMAMENTO PÚBLICO E AÇÕES VINCULADAS AO SETOR CULTURAL

Art. 4º - A aplicação dos recursos de que trata o artigo 4º deste decreto, ações emergenciais de apoio por meio de editais, chamadas públicas, previstos no inciso III do artigo 2º da Lei nº 14.017, de 2020, será executada através da criação da seguinte iniciativa:

I – Editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais;

II – Edital de Chamamento Público voltado para ações de fomento cultural, por meio de oficinas produtivas;

Parágrafo Único. A Secretaria Cultural do Município atuará de maneira articulada com a Secretaria Estadual de Cultura a fim de garantir que não haja sobreposição na aplicação dos recursos.

#### CAPÍTULO III - DA GESTÃO DOS RECURSOS

Art. 5º - Fica criada a Comissão Gestora Municipal de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc, intitulada Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc, com o objetivo de participar com a Secretaria Municipal de Cultura, do cumprimento das

atribuições previstas no artigo 3º deste Decreto, e as seguintes:

I - participar das tratativas necessárias com os órgãos do Governo Federal responsáveis pela descentralização dos recursos;

II - acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas no artigo 3º deste Decreto;

III - acompanhar as etapas de transferência direta dos recursos do Governo Federal para o Município;

IV - fiscalizar a execução dos recursos transferidos;

V - elaborar apoiar a elaboração do relatório e balanço final a respeito da execução dos recursos no âmbito municipal.

Art. 6º - A Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc, será integrada por 06 (seis) membros, sendo 3 (três) representantes da Gestão Pública, indicados pelo chefe do Poder Executivo, e 3 (três) representantes da Sociedade Civil, indicados pelo secretário de Cultura.

§ 1º. A escolha do Coordenador da Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc ocorrerá por maioria simples de votos de seus integrantes.

§ 2º. As reuniões da Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc serão realizadas com o quórum mínimo de dois terços (2/3) de seus membros.

§ 3º. As deliberações da Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc serão tomadas por maioria simples de votos, observado o quórum mínimo, de que trata o § 2º, deste artigo, cabendo ao Coordenador voto de qualidade.

§ 4º. As deliberações terão a forma de resolução, devendo ser expedidas em ordem numérica.

§ 5º. É obrigatória a confecção de atas das reuniões, as quais deverão ser arquivadas para efeito de consulta.

§ 6º. Pelas atividades exercidas na Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc, os seus membros não receberão qualquer tipo de remuneração.

Art. 7º - Compete ao chefe do Poder Executivo designar os membros da Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc, através de Portaria Específica ou Decreto, observando a composição estabelecida no artigo 6º deste Decreto.

Parágrafo único. Os membros designados para participar da Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc ficarão impedidos de receber quaisquer recursos oriundos da Lei nº 14.017/2020 e 14.150/2021, no âmbito deste Município.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º - Para fins do dispositivo no inciso III do artigo 2º do Decreto nº 10.464, de 2020, os beneficiários dos recursos contemplados neste Decreto deverão ser residentes natos ou naturalizados, bem como pessoas físicas naturais de outros municípios, que deverão comprovar residência ou sede no Município de São José dos Basílios, há pelo menos 2 (dois) anos.

Art. 9º - O Cadastro Cultural do Município de São José dos Basílios é de responsabilidade da Secretária Municipal de Cultura, e terá validade permanente, a contar da data de sua homologação, podendo esse prazo sofrer atualizações de 5 (cinco) em 5 (cinco) anos, para novos artistas com seus dados e documentos cadastrais, como também, para atualização dos dados dos já cadastrados.

Art. 10 - A homologação da inscrição no Cadastro Cultural do Município de São José dos Basílios será efetuada pela Secretaria Municipal de Cultura, através da publicação dos no site da Prefeitura ou no Diário Oficial do Municípios, após, verificada e analisada a documentação e os dados apresentados no ato da inscrição.

Art. 11 - O repasse dos recursos destinados ao cumprimento deste Decreto fica condicionado à verificação de elegibilidade do beneficiário, na execução das oficinas relacionadas à Lei Aldir Blanc.

Art. 12 - Todas as informações de interesse público relativas à aplicação da Lei nº 14.017, de 2020, em âmbito local, ficarão disponíveis nas publicações no Diário Oficial dos Municípios e no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São José dos Basílios.

Art. 13 - A Secretaria Municipal de Cultura poderá expedir normas complementares, esclarecer, orientar, tudo com vistas à fiel execução da Lei nº 14.017/2020 e 14.150/2021.

Art. 14 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São José dos Basílios/MA, 22 de setembro de 2021.

Creginaldo Rodrigues de Assis  
Prefeito de São José dos Basílios/MA

DECRETO Nº 37/2021, SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS/MA, 22 de setembro de 2021

Dispõe sobre a Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc, para fins de atender ao disposto na Lei nº 14.017/2020 e 14.150/2021 e Decreto nº 10.464/2020 e dá outras providências.

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 14.017/2020 e 14.150/2021 – Lei Aldir Blanc, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.464/2020, O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS/MA, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições que lhe são

conferidas pela Constituição Federal, Constituição Estadual e pela Lei Orgânica do Município de Maranhão,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Gestora da Lei Federal nº 14.017/2020 e 14.150/2021 (Lei Aldir Blanc), regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.464/2020, no âmbito do Município de Maranhão – MA, composta por um total de 6 (seis) membros, dispostos da seguinte forma:

I - Representantes da Administração Pública Municipal:

- a) Samara Vieira de Sousa - CPF nº 006.135.602-64;
  - b) Cristhyanne Regina de Assis Coutinho - CPF nº 010.036.243-59;
  - c) Gildon Lázaro Orlando da Silva - CPF nº 602.419.963-50
- II - Representantes da Sociedade Civil:
- a) Fabrícia Lohane da Silva Sousa - CPF nº 610.386.893-92;
  - b) Silvana Maria Vieira Freitas - CPF nº 335.137.083-00;
  - c) Elilde Carneiro Ferreira - CPF nº 605.757.363-30.

Parágrafo único. A Comissão de que trata o caput deste artigo tem caráter temporário, constituído de forma paritária, tendo funções deliberativa, consultiva, mediadora, mobilizadora e gestora das políticas públicas e ações voltadas a fim de cumprir o determinado pela Lei nº 14.017/2020 e 14.150/2021 – Lei Aldir Blanc, regulamentada pelo Decreto nº 10.464/2020, tendo sua atuação submetida à Secretaria Municipal de Cultura do Município de São José dos Basílios/MA.

Art. 2º - Compete à Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc, em observância à Lei nº 14.017/2020 e 14.150/2021 e Decreto nº 10.464/2020, dentre outras atividades:

- I – Elaborar propostas para edição de regulamentação, com os procedimentos necessários à aplicação dos recursos recebidos, em âmbito municipal;
- II – Realizar as tratativas necessárias com os órgãos do Governo Federal responsáveis pela descentralização dos recursos;
- III – Gerir e prestar contas dos recursos recebidos, ficando responsável pela elaboração do relatório de gestão final, mencionado no art. 5º, §2º, do Decreto nº 10.464/2020;
- IV – Colaborar com os órgãos da Administração Direta naquilo que se refere aos Cadastros Municipais de Cultura;
- V – Verificar a elegibilidade dos possíveis beneficiários;
- VI – Coordenar o planejamento e destinação dos recursos para as ações emergenciais destinadas ao setor cultural;
- VII – Propor a criação de programas específicos, para

execução do previsto no art. 2º, III, da Lei nº 14.017/2020;

VIII – Executar em conjunto com o Governo Estadual, as ações emergenciais por meio de editais, chamadas públicas e outros instrumentos aplicáveis;

IX – Aprovar, fiscalizar, monitorar e analisar a proposta de contrapartida, sua efetiva realização, bem como a prestação de contas daqueles que receberem o subsídio mensal, nos termos da legislação aplicável;

X – Sugerir formas de garantir que seja dada ampla publicidade às iniciativas apoiadas;

XI – Realizar os demais trabalhos necessários para fins de adoção das medidas cabíveis para consecução dos trabalhos referentes às ações emergenciais ao setor cultural.

§1º. A Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc deverá coordenar os trabalhos e apreciar os pareceres emitidos pelas Comissões de Seleção e Avaliação, criadas para processar e julgar os processos de chamamento público, podendo os ratificar, ou requerer esclarecimentos e providências.

§2º. As deliberações da Comissão deverão ser registradas em ata e assinada por todos os presentes.

Art. 3º - A Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc vigorará enquanto perdurar os motivos para sua criação, podendo haver a incorporação, substituição ou supressão de componentes e funções, conforme conveniência da Administração.

Art. 4º - Os casos omissos serão dirimidos pela Secretária Municipal de Cultura e, naquilo que couber, à Comissão Gestora da Lei Aldir Blanc.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São José dos Basílios/MA, 22 de setembro de 2021.

Creginaldo Rodrigues de Assis

Prefeito de São José dos Basílios/MA